



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO 7952/2013

PROCEDIMENTO MPF 1.26.000.002577/2011-55

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO

PROCURADOR OFICIANTE: LUIZ VICENTE DE MEDEIROS QUEIROZ NETO

RELATOR: CARLOS ALBERTO CARVALHO DE VILHENA COELHO

PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEIS CRIMES DE FRUSTRAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS (CP, ARTIGO 203), DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (CP, ARTIGO 297, § 4º), DE DESTRUIÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (CP, ARTIGO 305) E DE SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (CP, ARTIGO 337-A). REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO 32). COMPETÊNCIA FEDERAL. ENUNCIADO 27. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES E DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Cuida-se de peças de informação instauradas para apurar possíveis crimes de frustração de direitos trabalhistas (CP, artigo 203), de falsificação de documento público (CP, artigo 297, § 4º), de destruição de documento público (CP, artigo 305) e de sonegação de contribuição previdenciária (CP, artigo 337-A).

2. O Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições, entendendo que, no caso em questão, a possível ocorrência dos crimes acima referidos não justifica, por si só, a fixação da Justiça Federal para o processamento e julgamento do feito.

3. A competência é da Justiça Federal, embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente.

4. A competência para julgar – todos – os crimes contra a organização do trabalho é da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes.

5. Enunciado 27, 2ª CCR: “A persecução penal relativa aos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal é de atribuição do Ministério Público Federal, por ofenderem à Previdência Social”.

6. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Cuida-se de peças de informação instauradas para apurar possível prática dos crimes de frustração de direitos trabalhista (CP, artigo 203), de falsificação de documento público (CP, artigo 297, § 4º), de destruição de documento público (CP, artigo 305) e de sonegação de contribuição

previdenciária (CP, artigo 337-A), atribuída aos representantes da empresa Cal – Construtora Atlântica Ltda. (CNPJ 08.175.564/0001-77), conforme relatado em cópia da Reclamação Trabalhista 0000384-21.2011.5.06.0022, encaminhada pela 22ª Vara do Trabalho de Recife.

O Procurador da República oficiante declinou de suas atribuições (f. 124/125), por entender que:

“[...] os fatos podem caracterizar a prática dos delitos tipificados nos arts. 203 e 305 do Código Penal (CP), inserindo-se na competência da Justiça Estadual por não envolverem interesse coletivo, mas somente dizerem respeito à ofensa a interesse individual de trabalhador específico, razão pela qual a este órgão ministerial falece atribuição para adoção de qualquer providência [...]”.

Igualmente, estando o tipo da supressão de documento inserido dentro do capítulo das falsidades documentais, há que se usar o mesmo raciocínio da Súmula nº 115 do extinto TRF e de pacífica orientação jurisprudencial atual [...]”.

Os autos foram remetidos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, para o exercício de sua função revisional.

É o que basta realçar.

A jurisprudência dos Tribunais Superiores há muito se consolidou no sentido de que os crimes contra a organização do trabalho só são de competência da Justiça Federal nos casos em que todo o sistema de órgãos e normas trabalhistas tenha sido afetado, remetendo à Justiça Estadual os casos em que as violações tenham atingido apenas o direito individual de um trabalhador.

Tal não é, porém, o entendimento que vem sendo adotado por esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para a qual **todos os crimes contra a organização do trabalho são de competência federal, à luz da expressa disposição do artigo 109, inciso VI, primeira parte, da Constituição da República, que não faz qualquer ressalva ao definir essa competência.**

Do parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Haroldo Ferraz da Nóbrega, exarado em 22/02/2005, extrai-se preciosa fundamentação jurídica:

“[...] A decisão recorrida parte do equívoco de que só há crime contra a organização do trabalho “quando as infrações ofendem a sistema de órgãos e institutos destinados a preservar, coletivamente, os direitos e os deveres dos trabalhadores.

*Ora, a Constituição Federal não considera crime contra a organização do trabalho apenas a violência ou fraude contra órgãos públicos que preservem os direitos trabalhistas. Não. A Súmula 115 (ex-TFR), que inspirou a decisão recorrida, **distingue onde a Constituição Federal não distinguiu** (A Súmula 115 ex-TFR se refere a dispositivo da Constituição Federal de 67/9, reproduzido na Constituição de 1.988).*

[...]

***Uma fraude ou violência contra um único trabalhador, visando a frustrar-lhe os seus direitos trabalhistas, fixa a apuração do respectivo delito na competência da Justiça Federal.** (...)”.* Grifei.

De fato, tem-se diferenciado o que a Carta Maior não diferencia. Atente-se que, diversamente do que ocorre nos crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem econômica - onde se remete a fixação da competência à legislação infraconstitucional -, nos crimes contra a organização do trabalho não há nenhuma ressalva, ou seja: a competência é federal.

Desse modo, plenamente aplicável ao caso o artigo 109, inciso VI, da CF, **porque as interpretações dadas pelos tribunais pátrios vão de encontro ao atual texto constitucional**, que não prevê reservas quanto à competência da Justiça Federal para julgar crimes contra a organização do trabalho.

Em relação à contratação de empregados sem o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, a Lei 9.983/2000 inseriu os §§ 3º e 4º no artigo 297 do Código Penal, com o seguinte conteúdo:

*[...] § 3º. Nas mesmas penas incorre quem **insere ou faz inserir**:*

I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;

II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita;

III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

*§ 4º Nas mesmas penas incorre quem **omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome de segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços***”. Grifei.

Em se tratando de CTPS, qualquer anotação ideologicamente falsa (também falsificação material ou omissão) em seu conteúdo configura ofensa *direta* a serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas.

A fé pública da União Federal (*lato sensu*) é o bem jurídico protegido nos delitos de falsidade ideológica (também da falsidade material) incidente sobre documento público federal (CP, artigo 299) ou de falsidade ideológica específica equiparada de documento público (CP, artigo 297, §§ 3º e 4º), pouco importando se utilizado perante terceiros ou não, particulares ou públicos.

Assim, tanto pelo enfoque da tipificação do artigo 299 do CP, quanto pelo inserto nos §§ 3º e 4º do artigo 297 do CP (Lei 9.983/2000), a falsificação (ideológica ou material) de CTPS importa em lesão *direta* a interesses e serviços da União Federal (*lato sensu*).

Nesse sentido, este Colegiado já editou o Enunciado 27, que estabelece: “*A persecução penal relativa aos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal é de atribuição do Ministério Público Federal, por ofenderam à Previdência Social*”.

Logo, quando houver a omissão de registro do empregado na CPTS a competência será federal, eis que a conduta preenche o comando normativo do inciso IV do art. 109 da Constituição Federal:

“Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:[...]

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral [...]”.

No que diz respeito ao crime de sonegação de contribuição previdenciária, por ser o sujeito passivo autarquia federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), há interesse da União no feito, o que, por consequência, também atrai a incidência do inciso IV do artigo 109 da CF.

Em arremate, quanto à destruição de documento público, por força da Súmula 122 do Superior Tribunal de Justiça¹, tem-se por competente a Justiça Federal para processar e julgar tal delito.

Ante o exposto, voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.

Remetam-se os autos ao Procurador-chefe da Procuradoria da República em Pernambuco, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante, com nossas homenagens.

Brasília-DF, 7 de outubro de 2013.

Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
Procurador Regional da República
Suplente - 2ª CCR

/GCVV

¹ “*Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, “a”, do Código de Processo Penal*”. Disponível em: http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.txt. Acesso em: 1/10/2013.